

TÍTULO: DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA OS ASSENTADOS DO ENTORNO DO PARQUE CRISTALINO, MT.

Alexandre de Azevedo Olival, Andrezza Alves Spexoto, & Renato Aparecido de Farias¹

O processo de transformação capitalista na agricultura do Brasil tem como conseqüências por um lado o aumento de produtividade e eficiência de produção, a integração crescente entre o capital financeiro, industrial e comercial e o estabelecimento de complexos agroindustriais. Entretanto, por outro, provocou a extrema concentração fundiária, o surgimento de uma cama extremamente grande de “subempregados” do campo, incluindo bóias frias e os chamados “sem terra”, e o estabelecimento da monocultura, determinada e determinante de todos os aspectos anteriormente mencionados. Os impactos ambientais ocasionados por este modelo de produção estão relacionados diretamente ao desmatamento, queimadas e utilização de insumos químicos (LUIZ e SILVEIRA, 2000).

A agricultura familiar inseriu-se de maneira parcial a este processo. Parte desapareceu e parte modernizou-se de forma intermediária, vivendo uma condição de insuficiência econômica e quase sempre no limite da sobrevivência. O restrito poder de barganha da agricultura familiar não permitiu até hoje uma ruptura deste sistema (LAMARCHE, 1993).

A quebra deste ciclo vicioso de concentração de renda e impactos ambientais passa pelo fortalecimento da agricultura familiar, pela chamada “ecologização da agricultura” e pelo estabelecimento de novas relações de trabalho no campo. O diagnóstico participativo, compreendido como conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento (VERDEJO, 2006), surge como uma estratégia fundamental para que os agricultores familiares possam compreender as relações sociais, econômicas e institucionais que determinam seus limitantes para o desenvolvimento sustentável.

O presente projeto pretende relatar os impactos decorrentes da aplicação do diagnóstico participativo em um assentamento localizado no entorno do Parque Estadual Cristalino, a região Norte de Mato Grosso.

¹ Alexandre de Azevedo Olival: Ms.S. Instituto Ouro Verde/ Alta Floresta – MT;
Andrezza Alves Spexoto: Ms.S. Instituto Ouro Verde/ Alta Floresta – MT;
Renato Aparecido de Farias: Ms.S. Fundação Ecológica Cristalino/ Alta Floresta - MT

O presente trabalho foi desenvolvido na Gleba Divisa, que conta com 750 famílias assentadas no entorno do Parque Estadual Cristalino, no município de Novo Mundo, Norte de Mato Grosso. Com cerca de 185.000 hectares, o Parque Estadual Cristalino é uma das regiões mais importantes do ponto de vista de conservação da biodiversidade da Floresta Amazônica. Entretanto, vem sendo palco de constantes disputas políticas e de invasões, tanto por parte de fazendeiros quanto por assentados. O presente trabalho parte da premissa que a conversação do Parque Cristalino, estratégica do ponto de vista ambiental, passa obrigatoriamente pelo fortalecimento das comunidades no seu entorno. Para isso, aspectos relacionados a geração de renda associado a preservação ambiental devem ser trabalhados de forma conjunta.

O presente trabalho teve como objetivo geral avaliar o diagnóstico participativo como instrumento de organização comunitária e promoção do desenvolvimento sustentável junto aos assentados da Gleba Divisa, no município de Novo Mundo, MT.

A pesquisa, que trabalhou com o enfoque da pesquisa-ação, envolveu três etapas fundamentais, conforme Quadro 01, tendo início em Março de 2006 e término em Outubro de 2006. Todas as atividades foram supervisionadas por 03 técnicos envolvidos diretamente no projeto. Estes técnicos atuaram como observadores participantes do processo, elaborando relatórios das atividades. Estes relatórios foram utilizados como as principais fontes de dados para a pesquisa.

Quadro 01. Etapas e metodologias adotadas para a pesquisa “Diagnóstico participativo como instrumento de desenvolvimento sustentável para os assentados do entorno do Parque Cristalino, MT”.

Etapa	Metodologia
Definição da metodologia do diagnóstico participativo	a) 02 reuniões de sensibilização com moradores locais. b) Realização de uma oficina sobre diagnóstico participativo para jovens dos assentamentos e definição da metodologia para coleta de dados.
Realização do diagnóstico	a) Realização de 230 entrevistas com moradores locais pelos jovens que participaram da oficina. b) Realização de 10 reuniões nas comunidades que formam a Gleba Divisa para discussão dos dados coletados e aprofundamento da análise. Nestas reuniões um técnico do projeto auxiliava na organização dos trabalhos. c) Reunião de avaliação com os representantes dos assentamentos
Início do planejamento participativo	a) Realização de uma oficina sobre planejamento participativo. b) Construção de um plano de ação para os moradores locais.

As principais variáveis utilizadas para mensurar os impactos das atividades foram: articulação interna na comunidade, articulação com as instituições locais, número de moradores envolvidos e perfil, percepção do Parque Cristalino, visão de futuro e modelo de produção desejado.

As reuniões de apresentação do projeto foram marcadas pela desconfiança por parte dos moradores locais. Verificou-se que os mesmos aguardavam propostas concretas em relação a incentivos para a produção (“...mas o que vocês vieram trazer de bom para nós?...”; “...o que vocês acham que temos que produzir?...”). Verificou-se ainda a relação conflituosa com o Parque Cristalino, ocasionado por uma grande desinformação a respeito da sua área, possíveis benefícios e limitações na utilização do parque estadual.

A oficina de diagnóstico teve um papel fundamental para demonstrar, na prática, que o projeto não envolvia respostas padronizadas para a região. As discussões sobre desenvolvimento sustentável e a vivência prática dos participantes na Gleba Divisa possibilitaram que a oficina, além de gerar o roteiro para diagnóstico participativo, fortalecesse os laços entre os participantes, contribuindo para a quebra de diversas barreiras em relação aos técnicos envolvidos no projeto. Participaram desta atividade 20 jovens indicados pelos agricultores locais.

A coleta de dados, análise e discussão em cada comunidade que forma a Gleba Divisa contribuiu para a socialização de diversas informações. Além disso, a discussão da realidade local pelos próprios agricultores antes da elaboração de propostas de intervenção também serviu para aumentar o número de moradores engajados com a proposta do projeto. Deve-se ressaltar, entretanto, que a realização do diagnóstico foi conflituosa uma vez que instituições locais, receosas com o envolvimento crescente dos moradores nas atividades do projeto, constantemente difundiam informações falsas e criticavam os dados coletados pela equipe de participantes (“...estão dizendo por ai que vocês estão fazendo isso para tomar o Parque Cristalino de Novo Mundo e que estão ganhando dinheiro as nossas custas...”; “..a renda que o pessoal levantou na pesquisa não é essa. Estão falando que vocês vão usar estes dados para falar que o assentamento ta bem de vida e que não precisa de ajuda...”).

Em virtude das dúvidas e da desinformação, diversas reuniões com representações dos agricultores foram necessárias. O resultado foi a criação de um grupo comprometido de agricultores envolvidos diretamente na coordenação das ações na Gleba Divisa.

Observou-se assim um crescimento paulatino, porém constante, do envolvimento dos atores locais nas ações do projeto. A elaboração do Plano de Ação pelos moradores, com a formação de grupos de produção, estratégias de comunicação (utilização da rádio

comunitária), definição das parcerias necessárias e definição das estratégias para geração de renda a partir do Parque Cristalino garantiram a continuidade do trabalho. Entretanto, ainda se faz necessário o acompanhamento técnico para a efetivação deste planejamento, principalmente em virtude do histórico de projetos de desenvolvimento fracassados na região em tempos anteriores.

Reflexões centrais para políticas públicas

- a) Envolver os moradores das áreas de entorno de reservas em todas as etapas do processo de planejamento do desenvolvimento e não apenas na execução de projetos ou ações pontuais.
- b) Fortalecer as instituições locais (associações de produtores, rádios comunitárias), tornando-as protagonistas no processo de desenvolvimento sustentável.
- c) Priorizar a comunicação e a socialização de informações, principalmente em áreas com históricos de conflitos permitindo assim que uma parcela grande da população tenha acesso a todas as ações que estão sendo realizadas.
- d) Atuar de maneira multidimensional, procurando integrar questões ambientais as questões produtivas, sociais e institucionais.

7. Considerações finais

Os autores agradecem a todos os agricultores e agricultoras que se engajaram nesta proposta e as instituições parceiras pelos recursos que viabilizaram o presente trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LAMARCHE, H. (coord). A agricultura familiar: comparação internacional. Campinas: UNICAMP, 1993. 336p.

LUIZ, A. J. B.; SILBEIRA, M. A. Diagnóstico rápido e dialogada em estudos de desenvolvimento rural sustentável. Pesquisa Agropecuária Brasileira, v.35, n.1, p.83-91, 2000.

VERDEJO, M. E. Guia prático: DRP. Brasília: Gráfica ASCAR, 2006. 61p.